

Um conto de três cidades: a *Urbs*; *Ammaia*, a colônia *ex nihilo*; e *Conimbriga*, a adaptação dos *oppida* lusitanos

Irmina Doneux Santos*

SANTOS, I. D. Um conto de três cidades: a *Urbs*; *Ammaia*, a colônia *ex nihilo*; e *Conimbriga*, a adaptação dos *oppida* lusitanos. R. Museu Arq. Etn., 32: 57-78, 2019.

Resumo: Quando tratamos da análise da materialidade da arquitetura urbana no Mundo Romano, no Período Imperial, buscando entender as práticas de ocupação dos espaços, tanto na cidade de Roma quanto nas províncias, lidamos com um universo material quase tão amplo quanto o próprio Mundo Antigo, se pensarmos na extensão geográfica que o Império atingiu. Faz-se necessário, portanto, para fins de pesquisa e didáticos, estabelecer delimitações, espaciais, temporais e materiais. Também é preciso lidar, especificamente no caso da *Lusitania*, com a escassez das informações arqueológicas disponíveis. Embora as novas tecnologias disponíveis propiciem avanços nas pesquisas e igualmente novos desafios, pois despertam novas questões a serem respondidas pela cultura material, é preciso também que tais tecnologias sejam efetivamente aplicadas ao território da antiga *Lusitania* para que possamos utilizá-las.

Neste trabalho, pretende-se, através do estudo dos fóruns de duas cidades provinciais romanas – *Ammaia* e *Conimbriga* (respectivamente, fundações *ex nihilo* e adaptação de assentamento pré-romano), escolhidas por apresentarem histórias de implantação e de pesquisa arqueológica distintas – tentar determinar alguns dos padrões de apropriação dos espaços coloniais pelos romanos na *Lusitania*.

Embora o estudo da *Lusitania* romana sofra pela limitação imposta pela escassez dos dados arqueológicos disponíveis e/ou publicados, foi possível observar a existência de um padrão na urbanização introduzida por Roma, que é visível nos *fora* e demais elementos urbanos, distinto do antigo urbanismo local pré-existente.

Palavras-chave: *Lusitania*; *Ammaia*; *Conimbriga*; Fóruns romanos; Urbanização romana.

1. Introdução

Quando os romanos começaram a avançar militarmente pela *Lusitania*,

encontraram estruturas urbanas que divergiam da sua própria. Na I Idade do Ferro (c. 700 - c. 200 a.C.), as cidades mediterrâneas da Península Ibérica possuíam maior semelhança com as cidades “clássicas”, ou seja, com os modelos fenícios (inicialmente, com o estabelecimento de *emporía*, como Gades/Cádiz), gregos (também portos e assentamentos comerciais precedendo

(*) Mestre e doutora pelo MAE-USP. Pesquisadora Associada do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial, LARP-MAE/USP <idoneux@hotmail.com>

a colonização, como *Massalia* e *Emporion*) e romanos; e as mais afastadas das áreas de influência greco-romanas apresentavam um desenho diverso, entre elas o que se costuma chamar de *oppidum* e *castrum* (Collins 1998:8-10). Embora não houvesse uma unidade política Ibérica na I Idade do Ferro, Collins (1998:10) afirma que, nas elites locais, existia uma semelhança na cultura material.

Foi a partir da II Guerra Púnica, no final do século III a.C., que Roma efetivamente passou a exercer influência político-militar na Península Ibérica (Collins 1998:11). Os termos do Tratado de Paz de 201 a.C., entre a vitoriosa Roma e Cartago, forçaram esta a abandonar todas as suas possessões na Península Ibérica. Em 197 a.C., Roma criou as províncias da *Hispania Citerior* (a mais próxima) e a *Ulterior* (Pompônio Mela, *De Situ Orbis*, 2, 27). Mas essas duas se limitavam a um estreito território que abrangia as costas levantinas e o sul, sem fronteiras bem definidas, e governadas por dois magistrados eleitos entre os membros do Senado Romano, com forças militares de apoio. Mas esse cenário muda a partir de Augusto.

“A partir da reforma augustana, que estabeleceu as novas divisões da Península Ibérica em província e conventus, houve uma grande transformação territorial, inspirada, em boa parte, nos conflitos internos romanos (guerras civis), que se relacionavam justamente com o tema da distribuição de terras aos eméritos das campanhas militares; ou, em ótica institucional, a fixação de comunidades de cidadãos fora da Península Itálica. Foram criadas cidades romanas para abrigar cidadãos romanos, embora com uma expressiva presença de indígenas, obviamente” (Santos 2013:14).

A tripartição da Península Ibérica, que criou a *Província Ulterior Lusitania* (sob Augusto), ocorreu após as guerras contra os Astures e os Cântabros, que só terminaram em 19 a.C.¹

(1) A noção de “província”, vale lembrar, é uma criação romana por excelência. Diferentemente da noção de território relacionada às nações modernas, que inclui uma fronteira delimitada,

As novas cidades estabelecidas pelo poder romano na *Lusitania* deveriam apresentar necessariamente características que as identificassem, desde o primeiro momento, como romanas, portanto, rompendo claramente com os padrões indígenas anteriores. Até onde se pode constatar arqueologicamente, grande parte das cidades estabelecidas na *Lusitania* foram constituídas *ex nihilo*, “a partir do nada”, i.e., novas fundações onde não havia um assentamento pré-existente; a promoção de assentamentos pré-existentes somente ocorria quando já se apresentavam como verdadeiras cidades, aos olhos romanos, no sentido mediterrâneo do termo.

É preciso, entretanto, cautela ao buscar generalizações quando estudamos o Mundo Romano. No caso do urbanismo, é possível constatar arqueologicamente que a forma como os romanos edificavam novos assentamentos urbanos variava.

“Observamos casos em que o novo urbanismo ‘varreu’ as cidades pré-existent e outros em que se terá adaptado (esta última parece-me ter sido a opção mais rara). Mas há também Conimbriga, onde Virgílio Hipólito Correia sugere não ter existido um urbanismo clássico (como o de Ammaia, por exemplo) por razões que se prenderiam ao arranjo urbano do assentamento pré-romano” (Carlos Fabião 2013 *apud* Santos 2013:14).

Outra questão que deve ser levada em conta na *Hispania* pré-romana é a da existência de uma “proto-urbanização”. A meu ver, não podemos analisar o urbanismo – ou a suposta falta dele – na Península Ibérica a partir de noções greco-romanas mediterrâneas. Castros ou *oppida* como Sanfins, Briteiros e *Conimbriga* apresentavam, no período pré-romano, estru-

a província romana definia-se somente pela existência de um comandante ou de uma autoridade romana que exercia o poder sobre populações, e não territórios, identificados e localizados por uma definição étnica. Assim, a *Lusitania* romana, estabelecida nos seus contornos físicos e administrativos por Augusto, pouco tem a ver com o atual território português além da coincidência geográfica de algumas de suas partes (Le Roux 2014).

turas urbanas: ruas, “bairros”, áreas comuns (como “praças” e estruturas comunais), muitas vezes muralhas etc. Os *oppida* da Gália, por exemplo, são considerados protocidades celtas, nos séculos II e I a.C. Mas essa é uma visão para a Gália que não necessariamente precisa e deva ser seguida para a *Lusitania*. Inclusive, a própria noção de *oppidum* é diferente quando o termo é usado para identificar assentamentos na Gália e na *Lusitania*. Além do mais, o *oppidum* era apenas uma das formas de assentamento encontradas na *Lusitania*.²

“O termo *oppidum* costuma definir, nos escritores clássicos, a morfologia da zona residencial, a aglomeração, sem especificação de sua categoria jurídica. Se bem um *oppidum* se assemelha a um assentamento fechado e rodeado de muralhas, e Lívio o situa numa categoria inferior às *urbs*, não se pode distinguir claramente desta, já que ambos os termos se usam com funções de lugar central” (Burillo 2009:178, tradução minha).

O termo *oppidum*, assim, é geralmente assimilado como “cidade indígena”, limitado à sua categoria morfológica residencial, sem referência à sua situação jurídico-política.

Como exemplo de análise, e dada a carência de informações arqueológicas para a *Lusitania*, serão abordadas duas realidades distintas: *Ammaia*, uma cidade fundada de raiz (*ex nihilo*), que foi escavada e estudada recentemente e serviu de “laboratório” para a utilização de

métodos interdisciplinares de prospecção não intrusivos (o Projeto Radiografia do Passado, Radio-Past); e *Conimbriga*, estabelecida a partir de um assentamento proto-histórico, com escavações realizadas desde o século XIX, e que objetivavam a evidenciação do sítio romano para transformá-lo em monumento nacional (método chamado de “desaterro” pelo arqueólogo Carlos Fabião, metodologia de pesquisa que perdurou até a década de 1960). E como elemento urbano de análise, escolhi os fóruns, estruturas privilegiadas nas escavações, não apenas na Península Ibérica como em todo o Mundo Romano.

2. Roma, a *urbs* por excelência

O modelo primordial de cidade, que serviu de “inspiração” para a implantação das cidades provinciais, foi a própria Roma, apesar de ela ter evoluído organicamente ao longo dos séculos e as cidades provinciais terem sido implantadas em comparativamente pouco tempo e de forma planejada.

Sem pretender estabelecer um debate e uma definição de cidade provincial romana, percebemos, no Mundo Romano, a existência de uma tendência à “flexibilização parcial”, mas com indicadores claros de que uma cidade era romana ou sofreu a sua influência, mesmo que entre diferentes cidades houvesse diferenças evidentes.

“Quando Roma implantava cidades pelo território conquistado, fazia-o com uma intenção específica, determinada. Roma entendia que havia uma forma física de cidade que deveria corresponder às suas necessidades sociais, políticas e administrativas. Porém, de alguma forma, também seus habitantes respondiam a este espaço e se apropriavam dele. Roma estabelece um plano básico, mas não inflexível, que se repetirá nas fundações posteriores, com algumas variações, mas sempre aderindo rigorosamente a uma ideia básica” (Santos 2013:54-55).

A partir do início do século I a.C., quando os romanos passam efetivamente a controlar grande parte do mundo Mediterrâneo, Roma

(2) Para a questão dos *oppida* e os demais tipos de assentamentos pré-romanos, tanto na Península Ibérica quanto na Gália, ver: Burillo Mozota 2009; Almagro-Gorbea 1995; na Gália, ver Santos 2006, especialmente páginas 37 a 60; e, na Península Ibérica, Santos 2013. A confusão com o uso de termos designativos de assentamentos afeta não apenas os autores antigos; nos autores contemporâneos, parece haver uma separação geográfica no uso de *oppidum*, *castro* e *castellum*. *Oppidum* para as regiões centrais da Península Ibérica - incluindo, algumas vezes, a região central de Portugal - e a França e a Alemanha (e, nestes dois casos, com cronologias diferentes dos ibéricos). *Castro* é utilizado para o Noroeste Peninsular, incluindo norte da Espanha e de Portugal - um noroeste expandido para sul: a Cultura Castreja e, neste caso, “castro” pode ser permutado por *castellum*, na Espanha. E *emporion* e *urbs* são utilizados para a região mediterrânea ao sul.

sofre uma grande transformação: ela precisava apresentar uma imagem que condissesse com sua condição, uma imagem unificada, que refletisse não um governo formado por diferentes famílias, mas que transmitisse sua nova função, de sede do governo e capital “nacional”. Ou seja, em certo sentido, passa a ser “planejada”. “*Edifícios individuais em Roma* [no final da República] *satisfaziam esses critérios de beleza* [Vitruviano (Vitruvius I, 2, 1), de ordem, organização, na proporção, simetria, propriedade e economia], *mas a cidade como um todo, não. Roma não era planejada, era desordenada e certamente possuía um desenho não econômico*” (Favro 1996:45-46). Ou seja, Roma era *formalmente* inadequada. Assim, os romanos começam a redefinir sua cidade em termos mais universais, pois passam a entendê-la como representativa de uma hegemonia poderosa, a *urbs* personificando o *orbis* (Fabro 1996:65).

Essa “nova” Roma que surge se baseava, sobretudo, em novos monumentos e edifícios que acabaram por definir e influenciar a urbanização e as estruturas edilícias provinciais, não apenas tipologicamente, mas também com relação aos seus significado e função. A cidade de Roma, no início do Período Imperial, sai de um aspecto fragmentado, que Zanker chama de “desacordo iconográfico” (1992:57), para se tornar cada vez mais ordenada e grandiosa – mesmo levando-se em conta suas limitações físicas –, transformando-se numa representação de seu Império e de seu governante.

Cada esforço de Augusto foi para reafirmar a cidade como o centro do mundo romano. Como a “cabeça” de um “corpo”; era onde se iniciavam as estradas para o resto do mundo, o local escolhido pelos deuses, e deveria ser também o memorial para as futuras gerações.

Paul Zanker completa essa noção de Roma como “modelo ideal”:

“O lento e incomum desenvolvimento da estrutura urbana de Roma significa que a cidade dificilmente teria um papel de modelo a ser copiado concretamente. Assim, se entendemos a Romanização como uma assimilação da aparência externa, visível, da cidade, então ela deve ser limitada meramente ao empréstimo de estrutu-

ras e ambientes políticos específicos, tais como aquelas partes do fórum onde se localizam o Comitium e a Curia, ou a formas arquitetônicas particulares, como a basilica ou as termas. Mas ‘Romanização’ também pode ser entendida como algo abstrato e idealizado, isto é, a noção de como um romano imaginava que a cidade ideal (ou certos elementos dessa cidade ideal) deveria aparentar, o que F. E. Brown [1980] chamou de ‘um projeto premeditado para o que um ambiente funcional romano deveria ser’” (Zanker 2000:26; grifo meu).

O Capitólio, o templo de culto da Tríade Capitolina, era talvez o sinal mais evidente da presença de Roma em uma cidade. Ele, muitas vezes, estava entre os primeiros edifícios a ser erguidos e era um índice do estatuto da comunidade (somente *coloniae* e *municipia* o tinham). E o mesmo pode ser dito sobre os fóruns e as diversas estruturas que o compunham. O centro político-administrativo romano era estabelecido juntamente com a nova malha urbana, pois refletia o estatuto da cidade e o prestígio de seus habitantes. Inclusive, o templo estatal passou a ser incorporado ao fórum. Mas parece ter havido uma diferenciação na Ibéria – que já havia sido notada para a Gália (Santos 2006) – quando se analisa o conjunto arquitetônico do fórum: embora o esquema mais comum fosse o do fórum retangular, como os Fóruns Imperiais, nestes a basilica, como estrutura separada e independente, desaparece, só “ressurgindo” com Trajano. Nas províncias ocidentais – tanto gaulesas quanto ibéricas –, porém, a basilica parece ter sido um elemento indispensável do fórum, mesmo se integrado a ele.

A política urbanística romana pode ser entendida como duas faces da mesma moeda: de um lado, os modelos “estereótipos”, ou pré-determinados, que se espalham pelo Império; e do outro, as adaptações e variações regionais, individuais, encontradas em cada fórum, muralha, termas, estruturas lúdicas, residências etc. das colônias e municípios (e *vici*), vistas como uma “flexibilidade de adaptações [desse modelo romano] às situações particulares” (J.-B. Ward-Perkins 1974, *apud* Balty 1991:601). Apesar dessa variedade, Balty reforça que os esquemas

são sempre impostos pelo poder central, dentro de limites topográficos naturalmente aceitáveis:

“É o que mostra, me parece, nestes últimos anos, a multiplicação dos exemplos dessas basílicas e fóruns augustanos dos quais quase não se tinha ideia até agora. Os manuais, mais frequentemente, trabalham sobre um número muito pequeno de casos, que adulteram as perspectivas – ousar-se-ia dizer as estatísticas? Um melhor conhecimento das instituições municipais não deve ser negligenciado, pois ajuda a recolocar mais adequadamente essas cidades [provinciais] em todo um contexto histórico e permite compreender melhor os paralelismos, em um nível diferente do plano estritamente arquitetônico” (Balty 1991:601, n.1).

3. A Lusitania

Província estabelecida no início do Império, seus limites exatos ainda não estão completamente determinados. Mas o mapa mais atualizado foi estabelecido a partir dos debates realizados durante a I Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana (realizada em Talence, 1988, com publicação em Georges 1990; mapa disponível em Fabião 2009b:62, fig.3). O presente artigo vai analisar apenas as cidades romanas de *Ammaia* e *Conimbriga*. Apesar de o atual território português não corresponder à província da *Lusitania*, ambas as cidades romanas pertencem a Portugal.

3.1 Ammaia - Civitas Ammaiensis, Conventus Pacensis (?), Lusitania

Os vestígios arqueológicos de *Ammaia* encontram-se na encosta a sul da Vila de São Salvador da Aramenha, no Vale do Rio Sever. Atualmente, está inserida na área do Parque Natural da Serra de São Mamede, Freguesia de São Salvador da Aramenha, Concelho de Marvão, Distrito de Portalegre, Alto Alentejo (Corsi 2013a:10; Pereira 2009:22).

Fundação de raiz (*ex nihilo*), do início do Império (entre Augusto e Cláudio), foi inicialmente designada *oppidum*. Em 44/45 d.C., é

mencionada epigraficamente como *civitas*, com um território definido, e regida por magistrados. Recebeu o estatuto municipal (*municipium*) entre o principado de Augusto e os finais do século I d.C. (assim como todas as comunidades livres da Província da Lusitânia). Apesar da designação de *oppidum*, não mostra evidência de sistemas defensivos quando de sua fundação, uma situação já encontrada em outros *oppida* lusitanos (Pereira 2009:131).

Ammaia situava-se na zona de contato entre duas populações de origem indo-europeia: os lusitanos, que se estabeleceram na região da Beira e na Estremadura espanhola; e os cónios, que ocupavam o Alentejo, as áreas meridionais da Estremadura espanhola e o Algarve, no final do II milênio a.C. Entre 500 e 250 a.C., houve a imigração de populações celtas, que trouxeram consigo a tecnologia do uso do ferro (Vermeulen 2013:7).

A ocupação romana na região teria ocorrido entre 178 a.C., com o Exército Romano sob o comando de Lúcio Póstumo Albino, e 138 a.C., quando o general Décimo Júnio Bruto conquista *Olisipo* (Lisboa) e *Moron* (perto de Santarém, a romana *Scallabis*), “consolidando a presença romana ao sul do Tejo. [...] A integração definitiva desta região consumou-se em 72 a.C., depois da Guerra Sertoriana” (Vermeulen 2013:7). Mas a presença romana era ainda limitada, os assentamentos indígenas ainda se mantiveram povoados e basicamente iguais até pelo menos a primeira metade do século I a.C. – embora haja evidências de um progressivo declínio dos assentamentos (Pereira 2009:129) – quando os primeiros imigrantes itálicos começaram a se instalar na região.

O povoado sobreviveu até o final da República e inícios do Império, mas com a reorganização administrativa de Augusto – quando é criada a Província da Lusitânia, tendo a nova *Colonia Emerita Augusta* (Mérida) como capital – há o desenvolvimento de vários centros importantes, como *Pax Iulia* (Beja), *Olisipo* (Lisboa), *Norba Caesarina* (Cáceres) e *Eborac Liberalitas Iulia* (Évora). E a fundação de *Ammaia*, junto à rede viária da Lusitânia central, que estabelecia a ligação entre a capital *Emerita Augusta* e o Atlântico, é estabelecida por imigrantes e populações locais.

Embora os vestígios arqueológicos mais antigos remontem ao Neolítico, passando por materiais característicos da Idade do Ferro, “as escavações não revelaram, até o momento, qualquer estrutura pré-romana” (Pereira 2009:130), reforçando a hipótese de *Ammaia* ser uma fundação de raiz (ou *ex novo* ou *ex nihilo*). Mas, para Sérgio Pereira:

“A dúvida subsiste, dada a reduzida área escavada e o facto de a maioria das civitates da Lusitania ter sido implantada, sobre sítios anteriormente ocupados. Perante a impossibilidade de reverter um dos povoados da Idade do Ferro [...] segundo o modelo urbanístico romano, tornar-se-ia mais viável a criação de um novo aglomerado ou *oppidum*” (Pereira 2009:130-1).

Neste ponto, é preciso ressaltar que essa não parece ser a opinião do arqueólogo Dr. Carlos Fabião³. Para ele, na *Lusitania*, os romanos deram preferência à fundação de novos centros urbanos em espaços que não eram anteriormente ocupados. Entretanto, como já mencionado, havia uma grande variedade de tipos de ocupação entre as diferentes regiões peninsulares durante a Idade do Ferro.

De qualquer modo, independentemente da sua denominação quando da sua fundação, *Ammaia*, à semelhança de outras cidades da província, “funcionava como centro urbano político-administrativo que geria eficazmente o território circundante” (Vermeulen 2013:8).

3.1.1 Histórico das pesquisas arqueológicas

Descoberta quando da construção de uma estrada, em 1995 começaram os primeiros trabalhos arqueológicos sistemáticos, sob a coordenação de Jorge de Oliveira. Em 1998, Vasco Gil Mantas ingressou na coordenação dos trabalhos. Entre 2000 e 2006, a coordenação das escavações esteve sob a direção de Sérgio Pereira. Em 2009, foi lançado o Projeto Radio-Past,⁴

que atuou em duas campanhas de pesquisas, em 2010 e 2011. Com métodos essencialmente não destrutivos de prospecção, foram definidos grande parte da rede de estradas, centros de produção, zonas funerárias, locais de exploração e a hinterlândia de *Ammaia* (Taelman *et alii* 2013:105).

A superfície de c. 21 hectares delimitada por uma muralha retangular não estaria completamente urbanizada, pois a encosta da colina de Malhados é íngreme demais para permitir construções em época romana (Corsi 2013a: 28; Vermeulen *et alii* 2012:125-7) (Fig. 1).

Localizada em uma das zonas mais baixas da cidade, a Porta Sul é a estrutura monumental melhor preservada da *Ammaia* romana (apesar da pilhagem de cantaria ao longo dos séculos) e, provavelmente, uma das principais entradas da cidade, inclusive para veículos de carga a julgar pelas marcas das rodas no piso de granito (Taelman 2013:40). A Porta Sul e as áreas adjacentes foram escavadas por Sérgio Pereira de forma “tradicional”, o que permitiu o estabelecimento de sete fases construtivas em *Ammaia* (Pereira 2009:61), desde a implantação do assentamento, passando pelo período visigótico, pela ocupação islâmica até o período Moderno-Contemporâneo, com a reutilização de materiais do sítio e implantação de novas estruturas e habitações.

3.1.2 Fórum

Poucos vestígios visíveis reconhecíveis se conservam do fórum além do núcleo do pódio do templo. Porém, através das pesquisas do Projeto Radio-Past, foi possível estabelecer sua planta baixa. Foram utilizadas prospecção GPR (*Ground-Penetrating Radar*, pela Universidade de Ghent), realizada em 2008 na área do fórum de

(3) Durante curso ministrado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em novembro de 2013.

(4) A equipe multidisciplinar do Projeto Radiografia do Pas-

sado, formada por pesquisadores da Universidade de Ghent (Bélgica), da Universidade de Cassino (Itália), da de Évora (Portugal), da Eastern Atlas (empresa alemã sediada em Berlim) e de The Missing Link (Holanda), realizou intensos estudos geoarqueológicos no território de *Ammaia* para determinar as relações e interdependências da cidade romana com seu território adjacente.

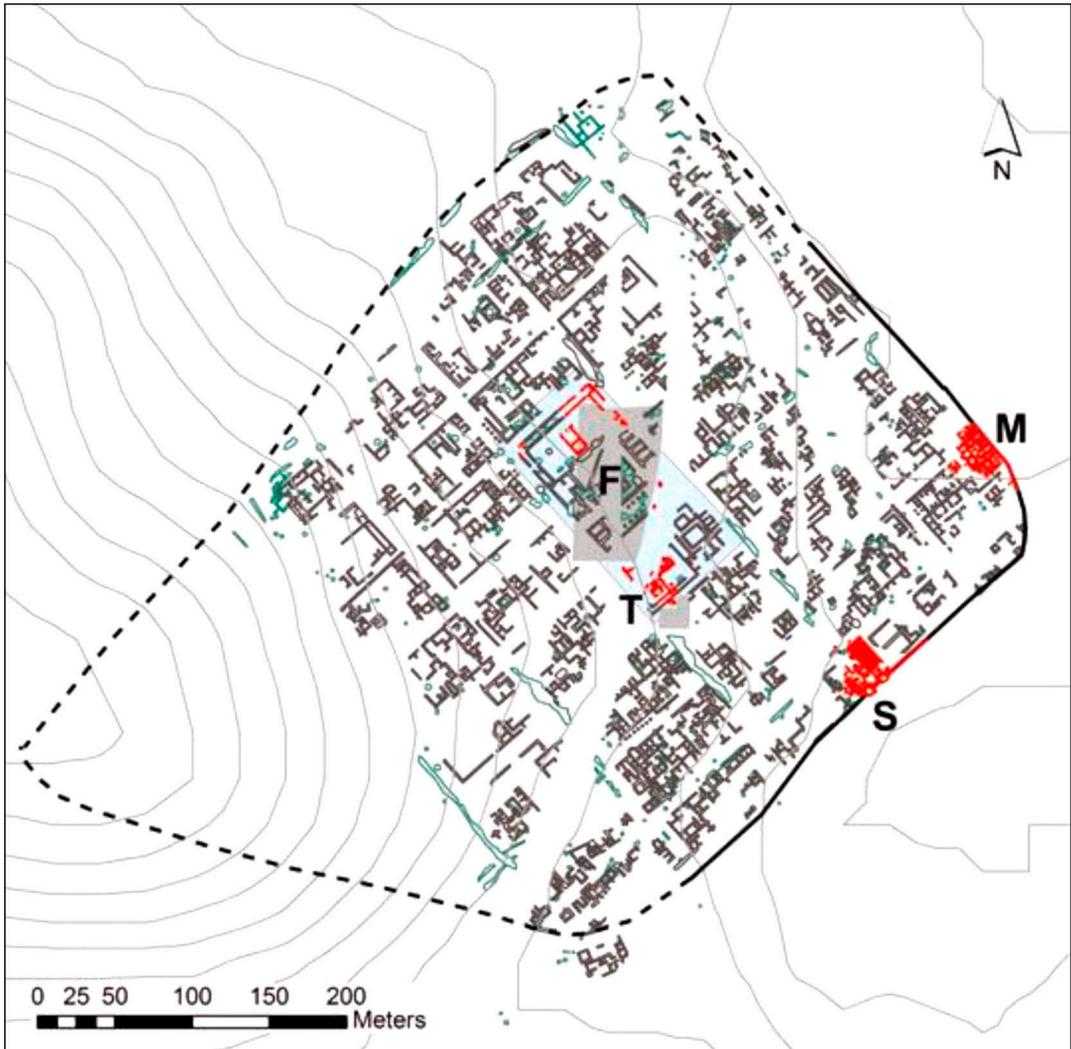


Fig. 1. Mapa geral de *Ammaia* com indicação das muralhas (tracejado: segmentos hipotéticos) e a localização das áreas escavadas (em vermelho) do Fórum (F), as termas (T), a Porta Sul (S) e a área no museu (M), com base na interpretação da prospecção magnética intramuros de P. Johnson. A área de prospecção com magnetômetro de alta-resolução e de resistência de solo, realizada por J. Verhegge, está sombreada; a área da prospecção GPR, realizada por L. Verdinck, está pontilhada. Uma proposta para o desenho urbano é também apresentada (elaboração C. Corsi) (Vermeulen *et alii* 2012: 126, fig. 2).

Ammaia e das termas vizinhas (por L. Verdinck), e prospecção com magnetômetro de alta-resolução e de resistência de solo, realizada por J. Verhegge (Fig. 2).

O fórum teria surgido pouco depois da constituição do *oppidum*, ainda na época de Augusto (Pereira 2009:135). Não era necessário haver construções para se estabelecer um fórum, apenas sua demarcação na malha urbana no momento do estabelecimento desta. Inclusive,

hoje se sabe que foram realizadas intervenções no local – como a preparação do terreno e a criação de uma plataforma artificial – antes do enorme programa de construção na primeira metade do século I d.C. (Vermeulen *et alii* 2012:137). Para Vasco Mantas (2009:175), o plano ortogonal da cidade pode ter reservado o espaço para o fórum sem que a sua construção tenha sido imediata.

Basicamente, o fórum de *Ammaia*, com orientação NO-SE, possui forma retangular, com uma

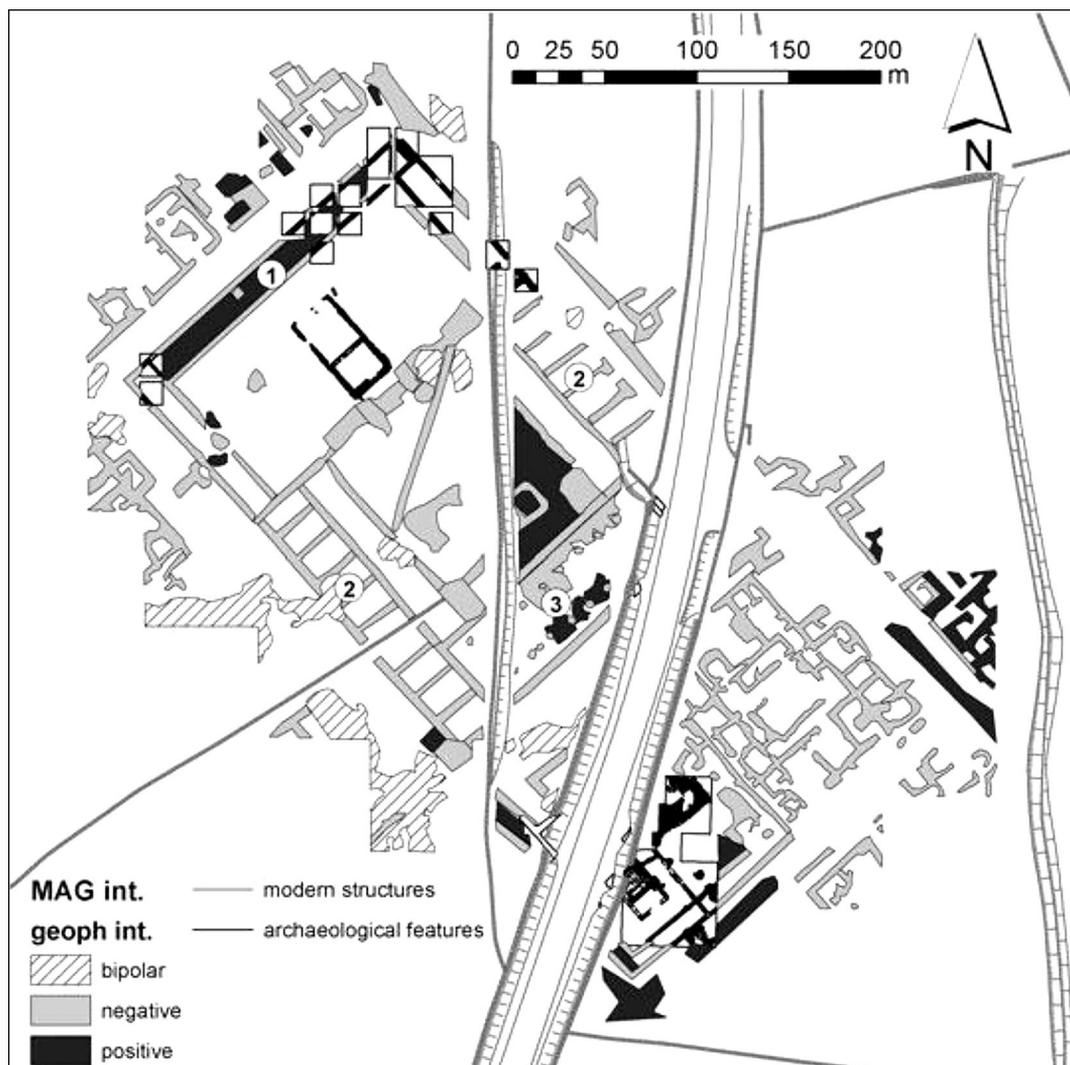


Fig. 2. Interpretação dos resultados da prospecção com magnetômetro na área do Fórum de *Ammaia* e das termas vizinhas: 1. Pórtico do templo, 2. *Tabernae* ao longo da praça do Fórum, 3. *Basilica* (por J. Verhegge) (Vermeulen *et alii* 2012: 129, fig. 5).

zona religiosa a norte, mais elevada, uma praça central comercial e uma basílica no limite sul. Ou seja, uma típica configuração tripartida. Seu perímetro externo é de 65 m de largura por 88 m de comprimento. A enorme plataforma artificial sobre a qual foi erguido o fórum foi criada através da deposição de terras barrentas, compactadas, para compensar a inclinação NO-SE do terreno, mas apenas a ala nordeste do pórtico foi claramente construída sobre criptopórtico. Com isso, seu nível de circulação era superior ao das vias que o circundavam (Pereira 2009:49; Vermeulen *et al.*

2012:132). Suas dimensões (65 m por 88 m) o figuram entre os maiores da *Lusitania* e sua grandiosidade contrasta com a reduzida dimensão do templo, embora uma provável colunata pudesse reduzir a aparente assimetria (Pereira 2009:48-9).

Em 1997, através da estratigrafia realizada nas áreas que delimitam o fórum, foi estabelecida a data de construção das estruturas na segunda metade do século I d.C. (possivelmente no reinado de Cláudio) e passou por uma fase de renovação, no período flaviano (último quartel do século I) (Corsi 2013c:35).

“O fórum de *Ammaia* encontra bons paralelos em edifícios análogos da *Lusitania* (*Augusta Emerita*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Pax Iulia*, *Sellium* e *Bobadela*) e das outras províncias hispânicas” (Corsi 2013c:35). E, acrescenta-se também, em grande parte dos fóruns romanos, e não apenas os construídos em novas fundações. Para Vasco Mantas (2009:167), o fórum de *Ammaia*, por suas enormes dimensões, aproxima-se do modelo forense de *Clunia* e de *Ebora*.

3.1.3 Reconstrução 3D de *Ammaia* pelo Projeto *Radio-Past*

A imagem da cidade de *Ammaia* gerada a partir das investigações do Grupo *Radio-Past* é, obviamente, sincrônica, ou seja, “as diferentes fases decorrentes das transformações e alterações que afetaram estes edifícios, por vezes ao longo de vários séculos de ocupação, estão todas ‘amalgamadas’ numa única planta” (Corsi 2013b:30). Essas diferentes fases das estruturas são geralmente diferenciadas com escavações, mas a análise do conjunto das informações

obtidas através do uso dos diferentes métodos “foi possível determinar algum faseamento na transformação das habitações” (Corsi 2013b:31).

As reconstruções em 3D realizadas a partir dos dados arqueológicos – locais e de outras cidades – facilitam a visualização das descrições, a análise e a comparação. Entretanto, imagens “bonitas” e “acabadas” tendem a transformar um sítio pouco escavado em um local onde se tem a impressão de que “tudo” já foi pesquisado e nada mais se teria a descobrir, além de criarem uma imagem que tende a se tornar definitiva, estabelecida, onde qualquer alteração, fruto de novos estudos, pode ter dificuldade em ser aceita ou substituir a anterior (Fabião 2013). A Fig. 3 apresenta um exemplo de reconstrução.

3.2 *Conimbriga* - *Municipium Flavia Conimbrica*, *Conventus Scallabitanus*, *Lusitania*

Pertenceu à Província da Bética (*Hispania Ulterior Baetica*) e, após a reforma administrativa augustana, ao *Conventus Scallabitanus*. Inicialmente conhecido como *oppidum* celto-romano,

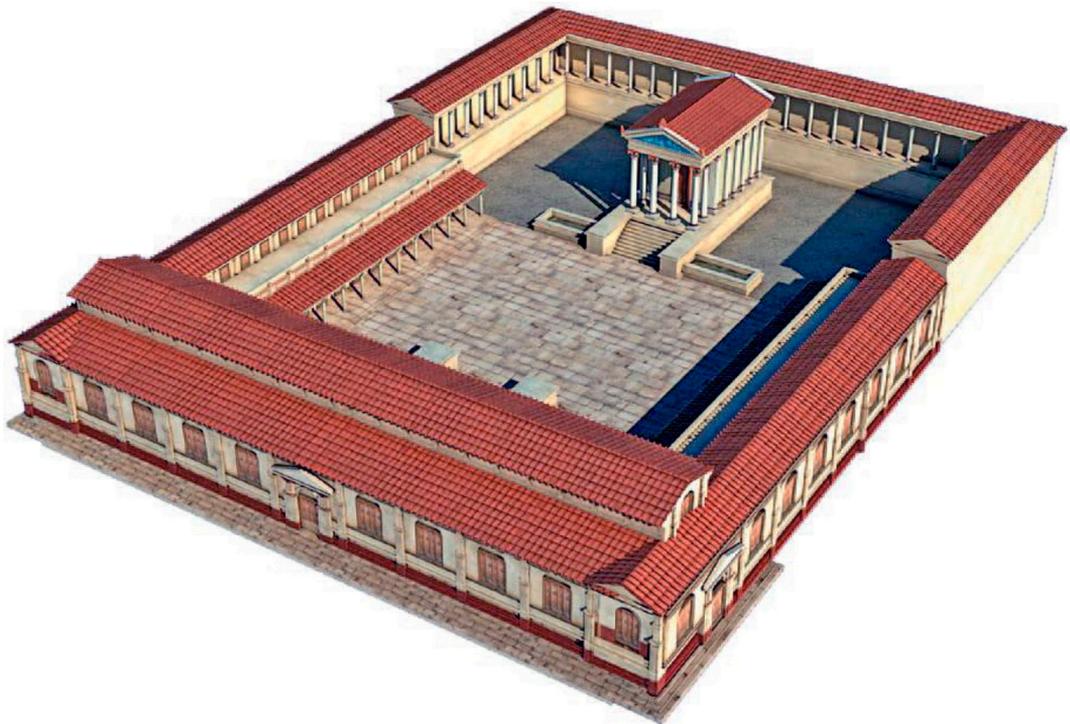


Fig. 3. Reconstituição virtual do Fórum da cidade romana de *Ammaia*, com o cuidado em não colocar as ordens arquitetônicas por serem desconhecidas (Projeto *Radio-Past*).

recebeu a designação de *oppidum* pela administração romana no período augustano, mas provavelmente com um novo estatuto jurídico romano, de *oppidum stipendiarium*. Torna-se *municipium flavium*, com *ius Latii* (concedido em 74 d.C., segundo Correia & De Man 2010:301). Atualmente, é a Freguesia de Condeixa-a-Velha, Concelho de Condeixa-a-Nova, Distrito de Coimbra (Portugal).

O caso de *Conimbriga* com relação aos seus antecedentes pré-romanos é o oposto de *Ammaia* no que diz respeito aos estudos realizados. As pesquisas em *Ammaia* começaram numa época em que há cada vez mais uma preocupação com o território do núcleo urbano e sua interação com ele. Desse modo, *Ammaia* é privilegiada. Já em *Conimbriga*, a ênfase foi dada ao estudo do núcleo urbano romano. Embora sem ignorar seus antecedentes pré-romanos, os dados levantados são poucos, dificultando, inclusive, estabelecer a real importância do *oppidum* pré-romano. Há muitos vestígios pré-romanos, especialmente visíveis sob as estruturas do fórum e das Termas Antoninas, mas a prioridade nas escavações foram os vestígios romanos.

A **Tabela 1** abaixo apresenta uma proposta das fases de ocupação. Entretanto, ainda faltam trabalhos estratigráficos mais cuidadosos para que se possa estabelecer uma cronologia segura para as várias estruturas e setores do sítio. Segundo Virgílio Hipólito Correia, “o conjunto de indicações cronológicas para as construções domésticas de *Conimbriga* se caracteriza pela imprecisão” (Correia 2010a:3).

A ocupação humana no local remonta, pelo menos, ao Bronze Final (século IX a.C.), evidenciada por objetos encontrados em entulhos e valas para alicerces romanos. No período orientalizante do Baixo Mondego, ocupava um lugar central, constituindo-se em uns dos principais *oppida* do centro do país ao longo da Idade do Ferro. Na segunda metade do século II a.C., ocorrem os primeiros contatos com os romanos (campanhas militares de Décimo Júnio Bruto), atestados pela presença de moedas e cerâmicas (fragmentos de ânforas e vasos) (Alarcão 1995:70). O povoado existente foi conquistado em 136 a.C.

Pela distância, a influência mediterrânea e o contato com tartéssicos, fenícios, gregos e

cartagineses, que se estabeleceram ao longo da costa sul da Península Ibérica, pode ter sido menor que em *Ammaia*, mas não inexistente. Tal contato deve ter sido realizado através da Costa Atlântica, pois há referências a *Conimbriga* nas fontes históricas, mesmo que se resumam, para o período pré-romano, à sua citação entre os *oppida* enumerados por Plínio, o Velho, ao descrever a *Lusitania* (H.N. IV, 113).⁵

Segundo Moutinho Alarcão (1995:69), os níveis de habitação mais antigos pertencem à II Idade do Ferro “e mantiveram-se coexistentes com monumentos e casas de fundação romana até meado do séc. I.” Na I Idade do Ferro, é um castro aberto e com influências culturais mediterrâneas. No governo de Augusto, passa a pertencer administrativamente ao *Conventus Scallabitanus* e recebe a designação de *oppidum* pela administração romana. No início do século I d.C., *Conimbriga* é dotada do aqueduto, fórum, termas públicas, moradias e *tabernae*, “iniciando-se uma época de tranquilidade próspera e acompanhada por uma rápida aculturação da população indígena” (Alarcão 1995: 71). Sob o governo de Vespasiano (69-79), recebe o epíteto de *Flavia* e é elevada à categoria de *municipium*. Seguiu-se novo período de monumentalização da cidade, embora possa ter ocorrido outro posteriormente.

Na segunda metade do século IV, o clima de instabilidade leva à construção de uma muralha defensiva, que dividiu o espaço urbano em duas partes, sacrificando uma grande parte da zona leste. A cidade não foi totalmente abandonada, pois há níveis de ocupação do século VI e as atas conciliares afirmam que *Conimbriga* era sede episcopal, pelo menos até 589 (Alarcão 1995:72).

3.2.1 Histórico das pesquisas arqueológicas

As primeiras referências às ruínas datam do século XVI, mas apenas em 1873 o Instituto de Coimbra cria uma seção e um Museu de Arqueologia, dando início às explorações. Em

(5) Sobre a questão dos contatos entre a *Lusitania* e o Império Romano através da costa do Atlântico, ver Fabião 2009b.

Tabela 1 – Proposta das fases de ocupação de Conimbriga

Fase I	Neolítico		Início da fixação humana
Fase II	I Idade do Ferro (c. 700 a.C. – 218 a.C.)	Castro aberto, população celta	Séc. VI a.C. - funciona como ponto central na região, com casas com pátio central e ruas tendendo para o perpendicular
Fase III	2 ^a met. séc. II a.C. - final séc. I a.C.	Campanhas militares de D. Júnio Bruto (138-136 a.C.)	Romanos conquistam a região e introduzem sua economia
Fase IV - Augustana	Séc. I a.C./I d.C.	<i>Oppidum stipendiarium</i> do <i>Conventus Scallabitanus</i>	População predominantemente indígena (celta) com alguns romanos. Primeiro processo construtivo público: aqueduto, muralha, termas, fórum
Fase V - Claudiana	Alto Império	<i>Oppidum stipendiarium</i>	Reformulação do aqueduto
Fase VI - Flaviana	Alto Império	Vespasiano (69-79) - Elevação a <i>municipium Flavium</i> com <i>ius Latii</i>	Monumentalização flaviana
Fase VII	Baixo Império - Séc. III-V	<i>Municipium Flavium</i>	Construção da muralha tardo-imperial; obras notáveis de iniciativa privada
Fase VIII	Período Visigodo - Séc. V-VI	465 e 468 - incursões suevas na cidade. É Sede de Bispo pelo menos até 589	Cidade é tomada e parcialmente destruída; seus habitantes, escravizados ou dispersos. Mas é retomada, com construção de torreão no Bico da Muralha
Fase IX	Época Medieval (séc. VI - X/XI)	Lento abandono da cidade (processo de desertificação)	Estruturas urbanas são abandonadas e sofrem lenta degradação
Fase X	Séc. XII-XIX	Abandono total	Saques do material de construção; trabalhos agrícolas
Fase XI	Séc. XIX-déc. 1960	Início do “redescobrimento” da cidade	Desaterros e coleta de materiais arqueológicos
Fase XII	1964 em diante	Período “Científico”	Iniciam-se as pesquisas arqueológicas nos moldes modernos

Fonte: Santos 2013: 225, baseada em Alarcão 1995 e Collins 1998.

Tabela 1. Proposta das fases de ocupação de Conimbriga.

1899, são realizadas as primeiras sondagens para determinar sua planta e os primeiros levantamentos dos mosaicos.

“Conimbriga é divulgada e valorizada através de publicações nacionais e estrangeiras; por vezes, surgem notícias alarmantes sobre o estado das ruínas. Coleccionadores e museus empenham-se em adquirir objectos. A partir de 1911, o Instituto de Coimbra cede as suas colecções ao Museu de Machado de Castro onde começam a ser estudadas e parcialmente expostas” (Alarcão 1995:66-68).

Em 1929, Virgílio Correia, professor da Universidade de Coimbra, assume a direção do sítio. Em 1930, o governo português inicia um grande programa de escavações, dentro de um projeto ideológico inserido no contexto do Estado Novo salazarista, quando o património arqueológico passa a ser também um instrumento de propaganda das novas realidades nacionais, tanto que estava subordinado à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (Fabião 2013).

A intervenção em *Conimbriga* consistiu na definição e delimitação da área das ruínas e da escavação de uma boa parte dessa área, com a construção de uma estrada de acesso para possibilitar as visitas dos públicos leigo e científico. Para Carlos Fabião (2013), o que aconteceu em *Conimbriga* nessa fase não foi uma escavação arqueológica, mas sim um “desaterro”, com o objetivo de pôr as ruínas à vista. É possível perceber isso pelas imagens fotográficas feitas na época (Figs. 4 e 5). Foi contratada uma mão de obra camponesa, não especializada, e, depois, foi realizado o arranjo dos espaços escavados, que passaram a constituir uma “ruína vistosa”, com os muros levantados. É um processo atualmente considerado não-científico, pois o que se faz é “criar” uma ruína romana.

De 1930 a 1944, as escavações e restauros ainda são realizados pela DGEMN, sob a supervisão de Virgílio Correia. Quando este morre, os trabalhos prosseguem inteiramente entregues à DGEMN, entre 1944 e 1951, sem a designação de um arqueólogo coordenador. O que há dessas escavações são registros fotográficos e grandes listas de materiais utilizados para refazer



Fig. 4. Aspecto geral da Casa dos Repuxos, no final das escavações, 1939. Amplicópia 13 X 18 cm (Neg. 70 da DRMC, Arq. MMC) (Correia 2012?, imagem 5_o).



Fig. 5. Casa dos Repuxos, depois dos restauros, c. 1970. Transparência cor 35 mm (Arq. MMC) (Correia 2012: imagem 5_n).

as ruínas e referências a respeito da grande profundidade em que se encontravam os vestígios (Fabião 2013).

Foram, portanto, criadas ruínas cenográficas, com a realização de trabalhos definitivos sobre os vestígios sem nenhuma hesitação durante o processo, abertas à visitação, com muito pouco controle sobre o acesso ao sítio. Conimbriga era comparada a *Augusta Emerita* romana, capital provincial, como uma das mais civilizadas cidades da *Lusitania* romanizada e considerada sua êmula.

A situação começou a mudar nos anos 1950, quando se inicia em Portugal uma arqueologia mais científica. Em 1951, J. M. Bairrão Oleiro assume a direção do sítio e, entre 1951 e 1955, há um intenso trabalho de consolidação e conservação dos mosaicos.⁶ Em 1955 foi criado o projeto do Museu Monográfico de sítio, inaugurado em 1962 (Alarcão 1995; Fabião 2013).

(6) Trabalho realizado com auxílio de uma equipe italiana do Ministero Per i Beni Culturali.

Mas é, sobretudo, com o grande projeto de investigação luso-francês, de 1964 a 1971, que se produz, agora sim, uma real informação científica, nos moldes em que hoje identificamos como informação científica.

“Em 1964, uma Missão Arqueológica da Universidade de Bordéus inicia com o Museu de Conimbriga uma frutuosa colaboração; sob a direcção de J. Bairrão Oleiro, Robert Étienne e Jorge de Alarcão, descobre-se o centro monumental da cidade romana e constrói-se a síntese histórica indispensável à compreensão de Conimbriga, desde os alvares da Idade do Ferro à Idade Média” (Alarcão 1995: 68-69).

É produzida uma leitura bidimensional da cidade que funciona para a comunidade científica, perceptível para o investigador, mas também para o público em geral, e que torna a ruína atrativa. São reconstruções exonométricas feitas de forma rigorosa e com sistemática intervenção, com a ajuda de arquitetos, que têm formação para lidar com edifícios complexos na realidade arqueológica.

ca. Aparecem as reconstituições gráficas, as comparações entre as diversas fases arquitetônicas e também as maquetes, a realidade tridimensional, e não apenas gráfica, bidimensional.

Embora o urbanismo augustano tenha sido implantado em *Conimbriga* por volta de 15 a.C. (Alarcão 1995:26) e, em época flaviana, tenha sofrido alterações, a cidade nunca adotou uma tessitura regular urbana nem uma estrutura hipodâmica; ela manteve “a estrutura triangular do urbanismo herdado do momento pré-romano e das vias que lhe davam acesso” (Correia 2009b: 400).

3.2.2 Fórum

“De facto, até as escavações luso-francesas iniciadas em 1964, a arquitetura doméstica era tudo o que se conhecia de *Conimbriga*”, afirmou Virgílio H. Correia (2010a:3). O fórum foi localizado e escavado pela primeira vez pela equipe luso-francesa, entre 1964 e 1971, que identificou as estruturas de um grande monumento considerado de época flávia, sob o qual estavam os vestígios de construções pertencentes a uma fase anterior com um programa arquitetônico completamente diferente (Correia 2009a:89-90). Localiza-se no centro do espaço urbano augustano, do ponto de vista dos eixos de circulação, em uma área ligeiramente mais elevada.

A partir dos estudos realizados por Jorge de Alarcão e Robert Étienne (1977), foram inicialmente estabelecidas duas fases construtivas: a primeira da época de Augusto e, a segunda, flaviana. Porém, Anne Roth Congès (1987) contesta essas fases e propõe a existência de, na verdade, três fases; Virgílio Hipólito Correia (2009a, especialmente, mas também 2009b e 2011b) apresenta uma hipótese alternativa, ainda pensando em três fases, mas sem contestar a datação do fórum flaviano estabelecida por Alarcão e Étienne.

Independentemente dessa discussão, foram encontrados, sob o fórum augustano (o primeiro fórum), vestígios de um “bairro indígena”, ou seja, do *oppidum* original. Também sob as Termas Antoninas há vestígios pré-romanos.

3.2.2.1 O fórum flaviano

A partir das pesquisas luso-francesas, considera-se que, com a elevação de *Conimbriga* a município (sob Vespasiano), o antigo fórum republicano – com suas funções religiosas, jurídico-administrativas e econômicas – foi substituído por um fórum de tipo imperial, “voltado para a exaltação da majestade imperial e o triunfo do culto imperial” (Alarcão *et alii* 1994:41). Segundo Moutinho Alarcão (1995:30), desaparecem as casas indígenas e os monumentos augustanos, transformando-se em entulho, restando apenas a praça forense, “o espaço cívico por excelência”. Todo o setor monumental foi, assim, ampliado, tanto para o norte quanto para o sul, e o templo e sua praça formam, agora, o elemento essencial do fórum (Fig. 6).

O fórum flaviano foi construído em dois níveis, o mais baixo formando a praça lajeada – com bases de estátuas honoríficas e inscrições – cercada em três lados por pórticos, flanqueados por um passeio descoberto com mesma largura, em nível mais elevado. Na parte norte se localiza a área do *témenos*, em um nível mais elevado, com a esplanada sendo enquadrada por pórticos em Π , fechado para o exterior e dotado de dupla colunata, no mesmo nível do pódio do templo, colocado em posição central na esplanada “e provavelmente foi dedicado a Marte Augusto, mas todo o espaço em si estava dedicado ao culto da família imperial no seu todo” (Correia 2010b).

Porém, Anne Roth Congès (1987) propôs uma reinterpretação dos dados levantados por Jorge de Alarcão e Robert Étienne, e acrescentou um dado novo, a comparação da primeira fase do fórum de *Conimbriga* com o fórum de *Aeminium* (Coimbra): excluídas a basílica e a cúria, encontramos basicamente a mesma estrutura. Para Congès, a primeira etapa do fórum, de época augustana, não apresentava ainda a basílica com cúria associada, sendo que a verdadeira basílica pode ser identificada na parte norte do fórum, diante do templo (Fig. 7A). Não haveria cúria por não possuir o estatuto de *municipium*. Em época flaviana, *Conimbriga* recebe o estatuto municipal, surgindo, então, a cúria e a nova basílica (Fig. 7B). E o complexo dito flaviano

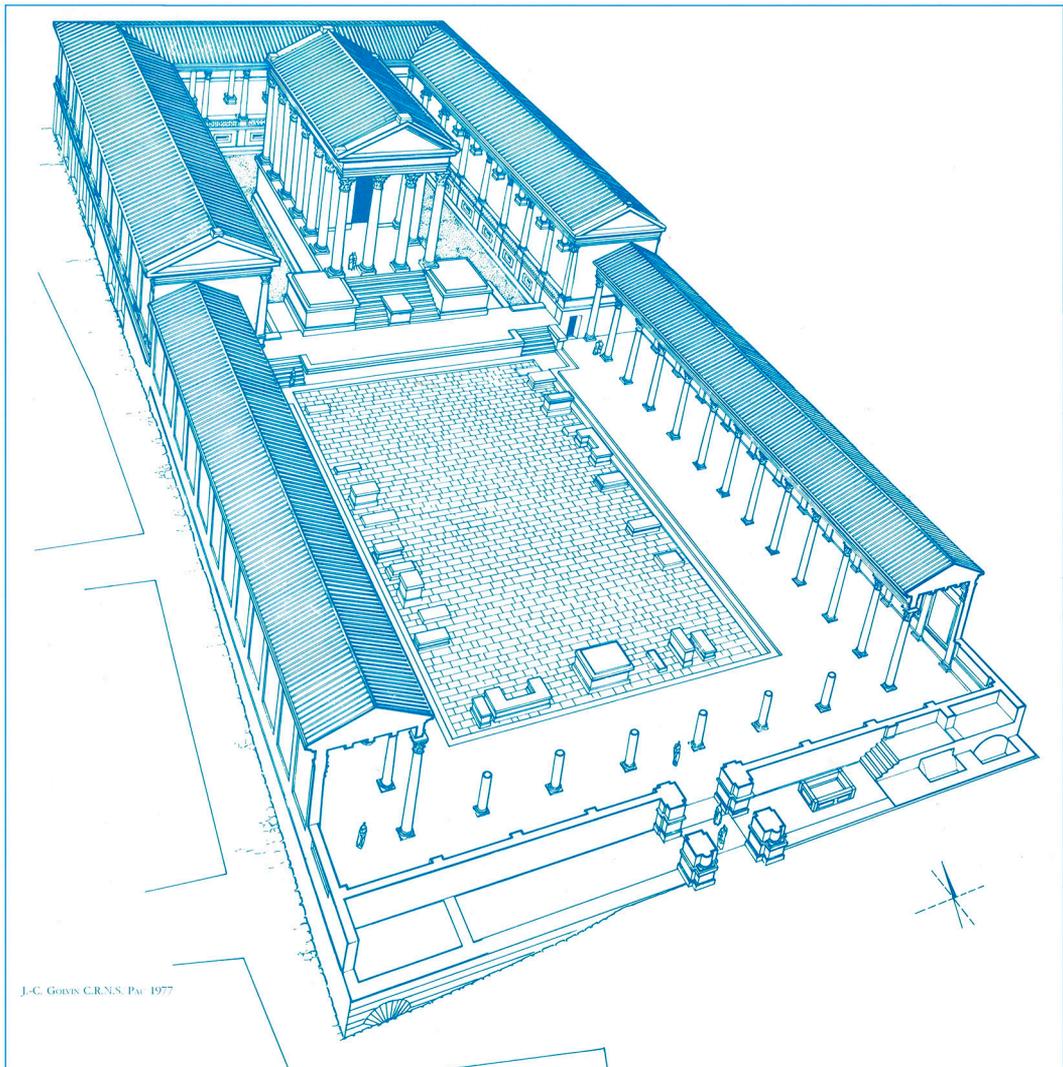


Fig. 6. Reconstituição axiométrica do fórum “flaviano” de *Conimbriga* (Alarcão et al. 1994: 14, fig. 4).

seria mais tardio, transformando todo o fórum em um complexo de culto imperial.

Compartilho da visão de Roth Congès. A proximidade cronológica entre a fase 1 augustana e a fase 2 flaviana do fórum de *Conimbriga*, segundo o modelo de J. Alarcão e R. Étienne, não parece ser verossímil diante da grande transformação que o complexo sofreu. Inclusive, a necessidade de uma *cúria* só se torna real quando *Conimbriga* recebe o estatuto de *municipium*, no período flaviano (69-96 d.C.), e não antes. Por fim, não é de época flaviana, mas sim posterior, a construção de grandes complexos de culto imperial fora de Roma, retirando dos

fóruns provinciais suas características políticas e comerciais e deixando apenas as religiosas. O modelo de Roth Congès para a fase augustana está muito mais de acordo com a descrição vitruviana do fórum de Fano (Vitrúvio V, 1, 6), onde há um *aedes* em anexo construído no lado oposto à entrada, sendo esse mais um elemento que reforçaria a hipótese de três fases.

Numa posição intermediária, Virgílio Hipólito Correia (2009b, 2011a) afirma que não há qualquer dado que possa refutar a cronologia flaviana do fórum imperial de *Conimbriga*. Entretanto, com relação ao fórum augustano, ele concorda que houve duas fases construtivas. “O

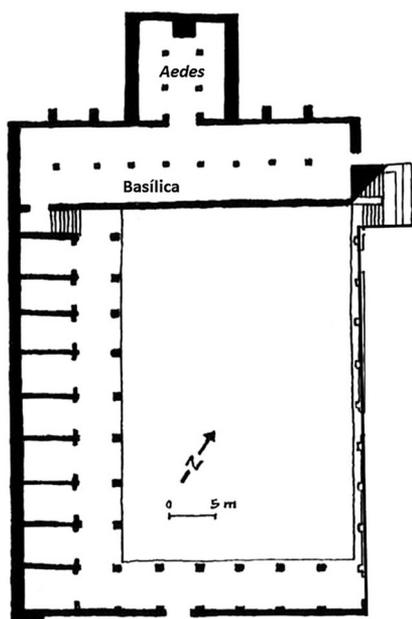


Fig. 7A. Fórum de *Conimbriga* no período augustano, com a basílica de duas naveas diante do templo (Carvalho 1998: 193, planta 13, com modificações).

programa urbano flaviano é contemporâneo da concessão do direito latino às cidades hispânicas”, afirma, impossibilitando uma alteração da data de construção do fórum flaviano (Correia 2009b:398-9). A interpretação mais adequada seria, então, um ponto mediano, pois “não é possível atribuir à época flaviana toda a edificação pós-augustana de *Conimbriga*” (Correia 2011a). Assim, em época claudiana (terceiro quartel do século I d.C.), foram feitos acréscimos ao fórum augustano – a basílica de três naveas com tribunal e a cúria –, na mesma época em que *Conimbriga* assiste a um importante movimento de enriquecimento urbano, com a construção do anfiteatro, de um *horreum* e a renovação dos edifícios domésticos.

Dessa forma, houve uma primeira fase, com a construção do fórum republicano, com uma basílica de duas naveas e o *aedes* no lado norte e, no lado oeste, *tabernae* com pórtico. Na segunda fase, do reinado de Cláudio ou no de Nero, foi acrescentada a basílica de três naveas no lado leste, juntamente com a cúria a norte.

“A remodelação do espaço foral corresponde portanto a uma readaptação a novas condições ideológicas e religiosas (aparente-

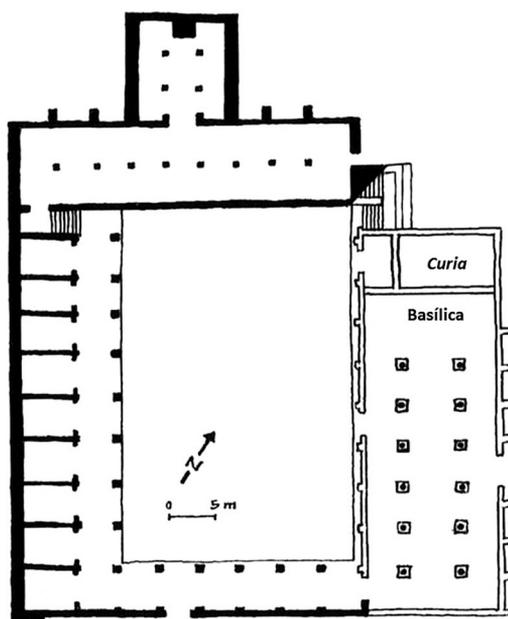


Fig. 7B. Fórum de *Conimbriga* no período flaviano, com o acréscimo da basílica de três naveas e da cúria (Carvalho 1998: 193, planta 13, com acréscimo dos nomes).

mente políticas), que implicam um redesenho do enquadramento arquitectónico e da inserção urbanística” (Correia 2011a).

3.2.3 Reconstruções

No caso de *Conimbriga*, as reconstituições não se limitaram aos museus e livros, ou ao mundo virtual, como em *Ammaia*. Foram realizadas *in situ*, chamadas de conservação e musealização. Mas essas reconstituições dependem não apenas da correta interpretação dos vestígios (e estes são de difícil interpretação dada a sua escassez devido à reutilização do material construtivo nos períodos após o abandono da cidade), como também da escolha de um momento cronológico que será congelado aos visitantes. Provavelmente, muitas das estruturas montadas visam proteger e preservar os vestígios; mas tais intervenções podem impedir novos trabalhos de pesquisa. Foi o que vimos no item 3.2.1, “Histórico das pesquisas arqueológicas”. Abaixo, o exemplo da reconstituição do fórum flaviano, depois das escavações da década de 1970 (Fig. 8).



Fig. 8. Fórum flaviano de *Conimbriga* (Autoria: I. Doneux Santos, acervo LARP, 2012).

4. Conclusão

Podemos estabelecer quatro pontos a partir dos dados e das questões levantadas neste trabalho.

4.1 Ex nihilo ou transformação

No caso da *Lusitania*, houve duas situações típicas na criação das cidades romanas: a transformação de um assentamento indígena ou a criação de raiz. A primeira situação foi mais frequente nas regiões meridionais e litorâneas (até a Bacia do Mondego) - *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa), *Metellinium* (Medellín), *Scallabis* (Santarém), *Salacia* e *Conimbriga*. Porém, normalmente, o assentamento indígena era profundamente remodelado.

Na segunda situação, a criação de raiz de novos núcleos urbanos, houve um rompimento claro dos padrões pré-romanos – como visto em *Ammaia*. Também ocorreu em Idanha-a-Velha, Bobadela (Oliveira do Hospital), *civitas Cobelcorum*, Almofala entre outros. “Todos esses núcleos se acham implantados em zonas baixas,

com bons recursos hídricos, quando a norma em época anterior era a do povoamento de altura, fortificado” (Fabião 2009a:347). A maioria dessas novas fundações de raiz se encontra no interior, mas pode haver casos de cidades litorâneas que também são fundadas de raiz, como *Eburobritium*.

O problema é conseguir identificar as preexistências romanizadas e como as distinguir das cidades fundadas de raiz. Apesar da existência de topônimos indígenas que indicariam a presença de um assentamento pré-romano, evidências proporcionadas por investigações arqueológicas modernas evidenciam casos que desmentem os indícios de preexistência indígena. Também encontramos o inverso, como o caso de *Pax Iulia*, um nome genuinamente romano, cujas escavações evidenciaram a presença de um assentamento anterior que foi transformado pela urbanização romana. O mesmo ocorreu com *Metellinium*. E há ainda casos, como **Cobelco*, **Igaedus*, *Ammaia* ou *Eburobritium*, cidades de raiz romana com nomes retirados da linguística indígena.

“Em suma, uma categórica identificação de processos de continuidade, de velhos povoados pré-romanos convertidos em cidades, depende exclusivamente das observações concretas resultantes de intervenções arqueológicas” (Fabião 2009a:347).

4.2 Fórum

O de *Conimbriga* foi o primeiro a ser estudado e publicado de modo sistemático e cuidadoso em Portugal, o que fez com que se tornasse “uma espécie de modelo geral para o entendimento dos fenómenos de urbanização da província romana, que outros investigadores acabaram por seguir” (Fabião 2013). A controvérsia sobre se possuiu duas ou três fases edilícias e o fato de *Augusta Emerita* ser a capital provincial tornam a utilização do fórum de *Conimbriga* como um modelo forense para a *Lusitania* imprudente. Inclusive, os modelos podem ser oriundos da própria Roma: o considerado “flaviano” é um típico fórum imperial, de exaltação ao imperador e de seu culto.

Quanto à datação da fase 3, até o momento só podemos especular. Talvez seja do período de Adriano (117-138 d.C.), que tanto investiu na arquitetura provincial, ou severiano (180-235), quando há um “renascimento” da decoração flaviana nas províncias ocidentais. Em 212 há a *Constitutio Antoniniana*, a extensão do direito de cidadania a todas as províncias, uma excelente ocasião para se estabelecer um grande santuário de culto imperial. Porém, sem pesquisas e, sobretudo, sem mais dados arqueológicos, a questão não pode avançar.

A variação encontrada entre os fóruns diz respeito ao posicionamento da basílica, à presença de uma cúria, separada ou não da basílica, e à quantidade de *tabernae*. E, obviamente, às dimensões do monumento. A planta do fórum de *Ammaia* foi praticamente toda ela estabelecida através de prospecções não invasivas: um fórum em bloco, mas tripartido, com a basílica de três naves posicionada no lado oposto ao templo, em posição axial, a mais comum a partir da metade do século I d.C. Algumas áreas do sítio relacionadas ao fórum foram efetivamente escavadas, mas os dados levantados são insuficientes

para uma melhor definição de ordens, altura, entradas e decoração. Provavelmente, tinha um tribunal em um dos lados mais estreitos.

Os fóruns de *Conimbriga* e de *Ammaia* nos mostram uma ocorrência comum nas pesquisas arqueológicas na *Lusitania*: a dificuldade em estabelecer cronologias.

Ammaia representa outra forma de ler e tratar as cidades antigas. Foi possível fazer uma prospecção geofísica em toda a área da cidade (com três metodologias distintas), levando à identificação do fórum, termas, porta sul, traçado da muralha, malha urbana etc. Entretanto, o que se formou dela é um palimpsesto, ou seja, não se sabe o ritmo de implantação das estruturas.

4.3 O modelo romano

As duas cidades lusitanas estudadas possuem basicamente um mesmo modelo urbano (que já aparecia nas cidades da Península Itálica), mas com diferenças locais. Quer sejam fundadas de raiz, quer estabelecidas a partir de um assentamento pré-existente, reproduzem sempre o mesmo modelo, as variações sendo poucas em comparação com as semelhanças, até onde os dados podem indicar. Possuem fóruns quadrangulares na interseção central dos seus dois principais eixos viários; quase sempre possuem muralhas; sistema eficiente de abastecimento de água; vias pavimentadas; prédios públicos específicos além dos fóruns, como termas e, frequentemente, anfiteatros (não encontrado, porém, em *Ammaia*). Quanto à arquitetura privada, possuem ruas ladeadas por pórticos, *tabernae*, além, obviamente, das casas.

Nas novas fundações, a perfeita ortogonalidade demonstra interferência da agrimensura militar. *Ammaia*, como *Augusta Emerita*, tinha seus espaços urbanos divididos ortogonalmente, segundo o eixo nascente-poente (o encarregado da fundação de *Augusta Emerita* foi um general de Augusto, sob ordens de Agripa).

4.4 Originalidade?

Por fim, devemos sempre ter em mente que as cidades romanas provinciais não foram

estabelecidas e construídas para serem originais – “originalidade”, como na Retórica clássica, era demonstração de ignorância com relação à tradição e aos costumes – mas sim para serem reconhecíveis como romanas, estivessem elas onde estivessem, com os mesmos equipamentos urbanos que tornavam a vida da sua população, quer fosse ela romana, romanizada ou indígena, o mais semelhante possível aos padrões romanos.

E o principal modelo dessas cidades era a capital do Império. Não exatamente o modelo físico, mas *especialmente* o modelo intelectual. Seus edifícios públicos, religiosos e administrativos, de lazer e moradia, eram inspirados nos de Roma – ou nos de suas *coloniae* – e refletiam a sua política e a sociedade. Quanto mais centralizadores e poderosos são os responsáveis por sua política, maior é o reflexo desta nos edifícios públicos que estabelecem.

SANTOS, I. D. A tale of three cities: the *Urbs*; *Ammaia*, the *ex nihilo* colony; and *Conimbriga*, the adaptation of the Lusitanian *oppida*. *R. Museu Arq. Etn.*, 32: 57-78, 2019.

Abstract: When dealing with the analysis of the materiality of urban architecture in the Roman World, in the Imperial Period, seeking to understand the practices of occupation of spaces, both in the city of Rome and in the provinces, we deal with a material culture almost as broad as the Ancient World itself, if thinking of the geographic extent that the Empire has reached. Therefore, it is necessary, for research and didactic purposes, to establish spatial, temporal and material delimitations. It is also necessary to deal, specifically in the case of *Lusitania*, with the scarcity of available archaeological information. Although the new technologies available lead to advances in research and new challenges, as they raise new questions to be answered by the material culture, it is also necessary that these technologies be effectively applied to the territory of ancient Lusitania so that we can use them. In this work it is intended, through the study of the forums of two Roman provincial cities – *Ammaia* and *Conimbriga* (respectively, an *ex nihilo* foundation and an adaptation of a pre-Roman settlement), chosen to present distinct archaeological and archaeological research histories – try to determine some of the patterns of appropriation of colonial spaces by the Romans in *Lusitania*. Although the study of Roman Lusitania suffers from the limitation imposed by the scarcity of available and/or published archaeological data, it was possible to observe the existence of a pattern in the urbanization introduced by Rome in *Lusitania*, which is visible in the *fora* and other urban elements, pre-existing local urbanism.

Keywords: *Lusitania*; *Ammaia*; *Conimbriga*; Roman *Fora*; Roman urbanization.

Referências bibliográficas

Alarcão, A.M. 1995. *Ruínas de Conimbriga*. 4. ed. revista. Instituto Português de Museus, s.l. (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 2).

Alarcão, J.; Etienne, R. (Dir.). 1977. *Fouilles de Conimbriga. I Architecture*. Diffusion E. De Boccard, Paris.

- Alarcão, J.; Etienne, R.; Golvin, J.-C. 1994. *Conimbriga. A maquete do centro monumental flaviano*. Instituto Português de Museus; Museu Monográfico de Conimbriga, Conimbriga [edição bilingue].
- Almagro-Gorbea, M. 1995. Urbanismo de la Hispania 'Celtica'. Castros y *oppida* del centro y occidente de la Península Ibérica. In: Almagro-Gorbea, M.; Martín Bravo, A. M. (Eds.) *Castros y Oppida en Extremadura*. (Complutum, Extra 4; Publicaciones del departamento de Prehistoria y Etnología de la Universidad Complutense de Madrid). Complutense, Madrid: 13-75.
- Balty, J.-Ch. 1991. *Curia Ordinis. Recherches d'architecture et d'urbanisme antiques sur les curies provinciales du monde romain*. ACADÉMIE Royale de Belgique. Mémoires de la Classe des Beaux-Arts (Collection in-4° - 2^e série, T. XV - fascicule 2). Palais des Académies, Bruxelles.
- Brown, F.E. 1980. *Cosa: the making of a Roman town*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- Burillo Mozota, F. 2009. Origen y Desarrollo de la Ciudad en la Celtiberia. In: Mateos P.; Celestino, S.; Pizzo, A.; Tortosa, T. (Eds.) *Santuários, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el Origen y Desarrollo Urbano del Mediterráneo Occidental*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Mérida; Instituto de Arqueología de Mérida. (Anejos AEspA - Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLV): 175-193.
- Carvalho, P. C. 1998. *O Fórum de Aeminium*. Ministério da Cultura; Instituto Português de Museus, Coimbra.
- Collins, R. (1998). *Spain. An Oxford Archaeological Guide*. Oxford University Press (Oxford Archaeological Guides), Oxford; Nova York.
- Congès, A. R. (1987). L'hypothèse d'une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du fórum. *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Antiquité*, t. 99, n. 2: 711-751.
- Correia, V. H. 2009a. O Fórum de Conimbriga e a evolução do centro urbano. In: Nogales Basarrate, T. (Ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Ciudad e foro na Lusitânia Romana. Studia Lusitana*, 4, Mérida: 89-105.
- Correia, V. H. 2009b. Os espaços forais de Conimbriga. In: In: Mateos P.; Celestino, S.; Pizzo, A.; Tortosa, T. (Eds.) *Santuários, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el Origen y Desarrollo Urbano del Mediterráneo Occidental*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Mérida; Instituto de Arqueología de Mérida. (Anejos AEspA - Anejos de Archivo Español de Arqueología, XLV): 397-406.
- Correia, V. H. 2010a. *A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação do Prof. Doutor Jorge de Alarcão.
- Correia, V. H. 2010b. Conquista Romana e Residências da população. In: Costa, P.; Moreira, C. (Dir.) *Cidade Escondida, Conimbriga*. Documentário. Portugal: Produção PCCA.
- Correia, V. H. 2011a. Três leituras sobre o fórum de Conimbriga. In: *Perspectivas sobre Conimbriga: Atualização Bibliográfica*. Disponível em: <https://www.academia.edu/1741984/Tresleituras_sobre_o_forum_de_Conimbriga>. Acesso em 23/12/2013.
- Correia, V. H. 2011b. Metropolitan artistic models in Lusitania: the examples of the domestic architecture of Conimbriga (Portugal). In: Nogale, T.; Rodà, I. (Eds.) *Roma y las Provincias: modelo y difusión* (Vol. II). Roma, "L'Erma" di Breschneider (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 3): 681-691.
- Correia, V. H. 2012?. *A Memória das Pedras*. Restropectiva Fotográfica de Conimbriga 1930-1970. Conimbriga: Museu Monográfico de Conimbriga.
- Correia, V. H.; De Man, A. 2010. Variação e Constância na Ocupação de Conimbriga e do seu Território. In: Corsi, C.; Vermeulen, F. (Eds.) *Changing Landscape. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean*. Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide - Marvão 15th-17th May 2008. Ante Quem, Bologna: 299-310.
- Corsi, C. 2013a. A descoberta de *Ammaia* e a sua história segundo fontes antigas. In: Fischer, C. (Ed.) *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Universidade de Évora, Évora: 10-15.
- Corsi, C. 2013b. Os resultados mais recentes. In: Fischer, C. (Ed.) *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Universidade de Évora, Évora: 26-31.
- Corsi, C. 2013c. O fórum de *Ammaia*. In: Fischer, C. (Ed.) *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/*

- Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Universidade de Évora, Évora: 32-35.
- Fabião, C. 2009a. Modelos Forenses nas Cidades da Lusitania: Balanço e Perspectiva. In: Nogales Basarrate, T. (Ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. *Studia Lusitana*, 4, Mérida: 343-359.
- Fabião, C. 2009b. A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira do Império Romano? In: Gorges, J-G.; Encarnação, J. d'; Nogales Basarrate, T.; Carvalho, A. (Eds.) *Lusitânia Romana: entre o mito e a realidade*. Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana. Cascais, 4 a 6 de Novembro de 2004. Cascais: Câmara Municipal de Cascais: 53-74.
- Fabião, C. 2013. "Criando a rede de centros urbanos na Lusitânia". Curso de Difusão. Museu de Arqueologia e Etnologia, MAE-USP.
- Favro, D. G. 1996. *The Urban Image of Augustan Rome*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Georges, J.-G. (Ed.) 1990. *Les villes de Lusitanie Romaine : hiérarchies et territoires*. Talence, 1988; Actas das Mesas-redondas internacionais sobre a Lusitânia Romana, I. Centre National de Recherche Scientifique (CNRS), Paris. (Collection de la Maison des Pays Ibérique ; 42).
- Le Roux, P. 2014. *Les territoires romains du Portugal au Haut-Empire*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/USP, suplemento 19.
- Mantas, V. G. 2009. *Ammaia e Civitas Igaeditanorum*. Dois espaços forenses lusitanos. In: Nogales Basarrate, T. (Ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana/Cidade e foro na Lusitânia Romana*. *Studia Lusitana*, Mérida, 4: 167-188.
- Pereira, S. 2009. *A Cidade Romana de Ammaia*. Escavações Arqueológicas 2000-2006. Câmara do Município de Marvão: Colibri (*Ibn Maruán*, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*. Câmara do Município de Marvão: Colibri; número especial, II).
- Santos, I. D. 2006. *A Basílica como elemento de urbanização na Gallia Comata no período de dominação romana*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia; Universidade de São Paulo.
- Santos, I. D. 2013. *A Lusitania e a Iberia: um estudo da mudança na urbanização pré e pós-romanização (da pré-conquista romana ao Baixo Império - séculos II a.C. a V d.C.)*. Ed. revisada após defesa. Tese (doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia; Universidade de São Paulo.
- Taelman, D. 2013. *Ammaia - Porta Sul*. In: Fischer, C. (Ed.) *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Universidade de Évora, Évora: 40-43.
- Taelman, D.; Vermeulen, F.; De Dapper, M.; Corsi, C.; Meyer, C.; Plesnicar, R.; Bosman, A.; De Paepe, P.; Deprez, S. 2013. Roman Towns and Their Landscape: a geoarchaeological study of the suburban landscape of Ammaia (Portugal). In: Vermeulen, F.; Corsi, C. (Eds.) *Non-Destructive Approaches to Complex Archaeological Sites in Europe: a round-up Radio-Past Colloquium*, Ghent, 15-17 January 2013. Ghent University. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/288141596_Non-destructive_approaches_to_complex_archaeological_sites_in_Europe_a_round-up_Radio-Past_colloquium_Ghent_15-17_January_Ghent_University>. Acesso em: 18 Jun. 2019.
- Vermeulen, F. 2013. *Ammaia no Contexto da Lusitania*. In: Fischer, C. (Ed.) *Ammaia: a Roman Town in Lusitania/Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Radio-Past-Radiography of the Past. Universidade de Évora, Évora: 7-9.
- Vermeulen, F.; Corsi, C.; De Dapper, M. 2012. Surveying the Townscape of Roman Ammaia in Portugal: An Integrated Geoarchaeological Investigation of the Forum Area. *Geoarchaeology: An International Journal*, 27: 123-139.
- Ward-Perkins, J. B. 1974. *Cities of Ancient Greece and Italy: Planning in Classical Antiquity*. Sidgwick & Jackson, London.
- Zanker, P. 1992. *Augusto y el poder de las imágenes*. Trad. Pablo Diener Ojeda; revisão técnica Walter Tullmich. Alianza, Madri [*Augustus und die Macht der Bilder*. München, 1987].
- Zanker, P. 2000. The city as symbol: Rome and the creation of an urban image. In: Fentress, E. (Ed.) *Romanization and the City: Creation, Transformations, and Failures*. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the excavations at Cosa, 14-16 May, 1998. Portsmouth, Rhode Island (*Journal of Roman Archaeology*; suppl. series; 38): 25-41.

Agradecimentos

O presente artigo foi redigido a partir das pesquisas de doutorado e, conseqüentemente, agradeço a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming. Também não posso deixar de mencionar os conselhos e indicações fornecidas pelo Prof. Dr. Carlos Fabião.